

Nestes dias de guerra pouco se fala da Alemanha. Não tem soldados no Golfo, não surge associada a grandes iniciativas diplomáticas e apenas dela se fala pelas inúmeras manifestações pacifistas que lá têm lugar. Esta Alemanha que parece não existir unificou-se há pouco tempo e é hoje a primeira potência económica da Europa e a terceira potência económica mundial. Parece haver aqui um paradoxo. Como é possível que um país como este, aliado dos Estados Unidos, principal membro das Comunidades Europeias, especialmente interessado no respeito das regras do direito internacional e tão dependente do petróleo como outras sociedades industriais, possa estar de fora de um conflito da natureza e dimensão do que ocorre no Golfo? Muitas têm sido as explicações, nomeadamente a que se refere aos impedimentos constitucionais. Todavia, convém não alimentar grandes ilusões, nem elaborar sobre complicadas teorias. A Alemanha está ausente pela razão bem simples de que não pode estar presente. E não pode estar presente nas primeiras linhas do Golfo porque está inteiramente presente na primeira linha de um combate bem mais complexo e profundo, embora por enquanto menos letal, que se trava logo a partir das suas fronteiras orientais. Enquanto digere o difícil processo de integração da antiga RDA, a Alemanha tem de acompanhar e de se ocupar das convulsões imensas que abalam os países da Europa central e a própria União Soviética. Por muito espectaculares que sejam os acontecimentos em curso no Golfo e em todo o Médio Oriente, não se comparam, em termos de potenciais consequências, com o que se passa no Centro e no Leste da Europa. De resto, como se esta evidência não bastasse, há dois dias, um porta-voz do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética veio dizer-nos com chocante naturalidade que um novo período de guerra fria poderia estabelecer-se nas relações Leste-Oeste. Temos assim uma Alemanha integralmente virada para dois objectivos de primordial importância: integrar a antiga Alemanha de Leste no mais curto espaço de tempo e da forma mais eficaz possível e apoiar o estabelecimento e solidificação de regimes democráticos e de economias eficientes, pelo menos na Polónia, na Checoslováquia, na Hungria e na Jugoslávia. Naturalmente que não deixará também de seguir com especial cuidado os desenvolvimentos na União Soviética, embora tenha a noção de que aí a sua capacidade de influência é, de momento, muito reduzida. Com tais tarefas pela frente, a última coisa que a Alemanha deseja é ver-se envolvida num conflito militar, não só pelo dispêndio de recursos e de energias que implica, como, principalmente, pelos receios e suspeitas que pode suscitar.

Neste quadro, passou para segundo plano a discussão sobre as consequências da unificação alemã, sobre o futuro das Comunidades Europeias e, naturalmente, sobre o papel e o lugar de Portugal no meio de tudo isto. Contudo, acabada que for a guerra do Golfo, estes assuntos voltarão ao primeiro plano dos debates, mesmo que outros se lhes juntem. Convém assim lembrar que a unificação alemã suscitou

por todo o lado um conjunto de reacções e de sentimentos onde predominava a preocupação e a incerteza. Preocupação, especialmente fundamentada na perspectiva do ressurgimento de uma Alemanha novamente poderosa em todos os domínios, trazendo à memória períodos históricos de amarga lembrança. Incerteza, por não ser mais possível antecipar com segurança o papel da Alemanha no processo de integração europeia. Esta preocupação e esta incerteza deram origem a que se olhasse a unificação da Alemanha como um dado negativo na evolução da Europa. como que uma ameaça que urgia anular ou minimizar.

Em Portugal, esta atitude defensiva tem-se materializado através de duas posições distintas e claramente contraditórias, apesar das ambiguidades que cada uma procura manter. De um lado surgem os defensores da ideia de que, perante uma inevitável marginalização de Portugal no processo de construção da nova Europa, agora recentrada mais a Leste, devem reorientar-se novamente os eixos fundamentais da nossa política externa, colocando todo o ênfase e o esforço na nossa vocação Atlântica e no regresso a África. De outro lado aparecem os paladinos de que se *deve* manter a opção europeia, mas que, dada a «ameaça», se devem queimar etapas aceleradamente no processo da integração. Os primeiros, seguem o que se poderá chamar de «impulso geométrico». Com a unificação alemã e o acesso à democracia e à economia de mercado dos países da Europa central, o centro da Europa integrada ou a integrar afasta-se de Portugal, para Leste e para Norte e, por isso, devemos recentrar-nos, dando primazia a Oeste e a Sul. Falam da Potência Marítima, de potenciais mercados no Brasil, América Latina e África, de identidade nacional, de vocação e soberania. Os segundos, optam pelo «impulso do caldeirão». A dita «ameaça» alemã tem de ser dissolvida numa grande sopa para a qual Portugal tem de contribuir desde já e a qualquer preço. Falam do imparável caminho para o federalismo europeu, da co-gestão da soberania, da possível perda do comboio europeu, dos encantos e vantagens de uma Europa rica, desenvolvida por igual, de uma potência mundial, com uma só voz e elemento de equilíbrio numa nova ordem internacional. Mas será que estes «impulsos» terão mesmo razão de ser? Ou seja, será que a unificação alemã coloca necessariamente a Portugal o problema de ter de eventualmente mudar a sua política externa? Parece bem que não. Os Estados Unidos da América, apesar da actual exibição de poderio militar, atravessam uma grave crise económica e social. São uma grande potência, têm dentro de si todas as condições necessárias a uma recuperação, mas têm simultaneamente mil problemas e lugares com que se preocupar, sendo pouco provável que dêem especial prioridade ao apoio ao nosso desenvolvimento. A América Latina e o Brasil, pese embora todo o universo de afinidades históricas, culturais e linguísticas, são regiões subdesenvolvidas, atravessadas por consecutivas crises de toda a natureza, onde muito dificilmente Portugal encontrará os

mercados e os apoios de que precisa. A África, nomeadamente a que fala Português, está na miséria, rasgada por guerras infindáveis e dilacerada por regimes políticos incapazes de promover o desenvolvimento. Sendo assim, não se descortina como poderá Portugal encontrar nessas áreas contrapartidas para um menor envolvimento na Europa. Por outro lado, é hoje mais patente que nunca que o processo de integração europeia não vai evoluir com o ritmo e da forma que os eternos optimistas europeus imaginavam. O voluntarismo político não basta para ultrapassar o peso das realidades, nomeadamente quando esse peso é significativo. Só os mais desprevenidos poderiam imaginar que as fortes diversidades europeias poderiam desaparecer no espaço entre duas conferências, dissolvidas em quinhentas páginas de bem elaborados tratados. A crise do Golfo está aí para mostrar, entre outras coisas, como estamos longe de uma possível União Política Europeia. E não se diga agora que a ausência da Europa, enquanto tal, no conflito diplomático e militar do Golfo, tem alguma coisa a ver com a unificação alemã. Não se vê assim que Portugal tenha de se atribuir pressas e ardores europeístas que nada justificam. Dito isto, de forma tão simplificada, parece poder concluir-se que Portugal não deve alterar a actual orientação geral da sua política externa, embora tenha a obrigação de a ir ajustando de acordo com a mudança de circunstâncias. Ora, a unificação da Alemanha constitui evidentemente uma mudança significativa que impõe uma reapreciação alargada do processo de integração europeia. E muito cedo para se admitir como hipótese que a integração fracassou ou que vai fracassar, mas já não é tão cedo para se perceber que mudaram pressupostos fundamentais da integração que se desenhava. Um desses pressupostos era o de que a Alemanha seria o motor principal da integração. Neste momento, a Alemanha tem de ser o motor principal de si mesma. Outro pressuposto era o de que a Europa iria pacatamente solidificando e aprofundando a sua integração e só depois consentiria no seu alargamento. Nesta altura, a Europa Comunitária já tem mais dezanove milhões de habitantes que povoam uma área economicamente, socialmente e ecologicamente arruinada. A lista de pressupostos alterados poderia continuar, mas talvez estes bastem para permitir perceber que nada vai ser como se previa. A unificação alemã e o desenvolvimento a Leste trazem consigo inúmeras consequências, algumas das quais negativas para Portugal, pelo menos a curto prazo. Mas, em boa verdade, Portugal continuará a encontrar na Europa, qualquer que seja a sua evolução, o espaço fundamental para as suas trocas comerciais, para a obtenção dos recursos necessários ao seu desenvolvimento e para o indispensável confronto de mentalidades, de métodos de trabalho e de gestão, confronto sem o qual não conseguiremos instalar em Portugal bases sólidas para uma atitude de desenvolvimento. Não há real alternativa à nossa opção europeia. O que há, isso sim, é o dever de gerir essa opção sem complexos vanguardistas ou, pelo contrário, defensivos, valorizando naturalmente

as capacidades específicas de Portugal que decorrem das suas relações Atlânticas. A Portugal interessa uma Europa desenvolvida, próspera e segura. Essa Europa só é hoje possível com uma Alemanha unida, próspera e forte.